



RGeAS Revista de Gestão
Ambiental e Sustentabilidade

Revista de Gestão Ambiental e

Sustentabilidade

E-ISSN: 2316-9834

journalgeas@gmail.com

Universidade Nove de Julho

Brasil

Jacomossi, Fellipe André; Moreira Casagrande, Rodrigo; Gomes dos Reis, Lucianos
O ISOMORFISMO NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS
EMPRESAS BRASILEIRAS QUE COMPÕEM O DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 4, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp.

49-64

Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647051004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



O ISOMORFISMO NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS QUE COMPÕEM O DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX

Recebido: 31/03/2015

Aprovado: 09/06/2015

¹Fellipe André Jacomossi

²Rodrigo Moreira Casagrande

³Lucianos Gomes dos Reis

RESUMO

A competição entre as organizações pode ser vista tanto na busca por recursos e consumidores, quanto por legitimidade institucional, o que pode tornar as práticas organizacionais cada vez mais homogêneas ou isomórficas. Além disso, crescem as pressões para que as organizações atendam, de forma sistêmica, as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade. Nesse sentido, a questão que motivou a pesquisa foi: como se manifesta a existência de isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras que participam do Dow Jones Sustainability Index? O objetivo deste estudo é analisar como as organizações brasileiras que participam do Dow Jones Sustainability Index demonstram suscetibilidade ao isomorfismo na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. Foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, descritiva, com acesso aos dados de forma documental e análise longitudinal entre os períodos de 1999 a 2013. Os resultados demonstram que as organizações estudadas têm maior suscetibilidade ao isomorfismo coercitivo na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade em função das chamadas pressões formais e informais exercidas sobre as organizações, especialmente em relação à divulgação de relatórios geradores de transparência.

Palavras-chave: isomorfismo, relatórios de sustentabilidade, Dow Jones Sustainability Index.

¹ Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, Brasil
Contador e Advogado na sociedade empresarial Dinâmica Contabilidade e Consultoria
E-mail: gerencia@dinamicacont.com

² Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, Brasil
Docente de Liderança e Gestão de Pessoas na Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas – FGV, Brasil
E-mail: rodrigo.casagrande@fgv.br

³ Pós-Doutor pela Universidade Regional de Blumenau – FURB, Brasil
Docente Adjunto da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil
E-mail: lucianoreis@uel.br



THE ISOMORPHISM IN SUSTAINABILITY REPORT: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN COMPANIES THAT MAKE UP THE DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX

ABSTRACT

Competition between organizations involves search of resources, consumers and institutional legitimacy, which may make the organizational practices become increasingly more homogeneous or isomorphic. In addition, pressures for organizations to meet, systemically, the economic, social and environmental dimensions of sustainability are increasing. In this sense, the question that motivated the research was: how does the existence of isomorphism manifests itself in sustainability reports of Brazilian companies that participate in the Dow Jones Sustainability Index? In this perspective, the objective of this study implicates in analyzing how Brazilian organizations that make up the Dow Jones

Sustainability Index show susceptibility to isomorphism when preparing their sustainability reports. Regarding methodological aspects, we have used the qualitative descriptive method, with access to data in a documental form and longitudinal analysis in the 1999-2013 period. The results of this research show that the organizations studied demonstrate greater susceptibility to coercive isomorphism in drafting of their sustainability reports based on formal and informal pressures exerted, particularly as regards the disclosure of transparency-providing reports.

Keywords: Isomorphism. Sustainability report. Dow Jones Sustainability Index.

EL ISOMORFISMO EN MEMORIA DE SOSTENIBILIDAD: UN ANÁLISIS DE EMPRESAS BRASILEÑAS QUE COMPONEN LA SOSTENIBILIDAD ÍNDICE DOW JONES

RESUMEN

La competencia entre las organizaciones resulta tanto para la búsqueda de recursos y de los consumidores, como la legitimidad institucional, que pueden convertirse en prácticas organizativas cada vez más homogéneos o isomorfos. Además, las crecientes presiones para que las organizaciones se encuentran, de forma sistemática, económica, social y ambiental de la sostenibilidad. En este sentido, la pregunta que motivó la investigación fue: ¿Cómo se manifiesta la existencia de isomorfismo en los informes de sostenibilidad de las empresas brasileñas que participan de Dow Jones? En esta perspectiva, el objetivo de este estudio es analizar cómo las organizaciones brasileñas que participan de Dow Jones Sustainability Index demuestran susceptibilidad al

isomorfismo en la elaboración de sus informes de sostenibilidad. Con relación a los aspectos metodológicos se utilizó el método descriptivo cualitativo, con acceso a los datos y el análisis longitudinal forma documental entre los períodos 1999-2013. Los resultados del estudio muestran que las organizaciones estudiadas demuestran mayor susceptibilidad al isomorfismo coercitivo en la preparación de sus informes de sostenibilidad en función de llamadas presiones formales e informales que ejercen sobre las organizaciones, en especial con respecto a la divulgación de los informes generadores de transparencia.

Palabras-clave: Isomorfismo; Reporte de Sostenibilidad; *Dow Jones Sustainability Index*.



1 INTRODUÇÃO

Os impactos sociais e ambientais da atividade humana tornam-se cada vez mais evidentes, o que faz do desenvolvimento sustentável um espaço fundamental para a comunidade acadêmica explorar, criar e validar novos conhecimentos (Bebington & Larrinaga, 2014). Estudos recentes sobre sustentabilidade, como os de Kolk (2005), Sachs (2009) e Elkington (2012), têm mostrado um caminho transdisciplinar na forma de ver o mundo, promovendo amplos debates em temas que envolvem as áreas de administração, contabilidade e meio ambiente. Após as explorações feitas com relação ao chamado *triple bottom line* (Elkington, 1999), passou a ganhar força no meio acadêmico e organizacional uma visão de que o paradigma de desenvolvimento precisa ser revisto, devendo considerar a potencial finitude dos recursos naturais que servem de insumo para a produção de bens e serviços (Capra, 2005).

O estudo do conceito de desenvolvimento sustentável estabeleceu uma agenda para tratar de pactos intra e intergeracional necessários, com preocupações de preservação dos recursos naturais para as próximas gerações, ao mesmo tempo em que busca prover as necessidades de bens e serviços da geração atual (Capra, 2005). Dentre as consequências da maior conscientização sobre a necessidade de buscar o desenvolvimento sustentável, observa-se que as organizações estão mais propensas a adotar uma abordagem sistêmica para a análise da sustentabilidade, de forma a contemplar as dimensões econômica, social e ambiental. Para tanto, é necessário encontrar uma harmonização entre o crescimento econômico, uma maior percepção com os resultados sociais decorrentes e o equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais (Elkington, 2012). Esse movimento tende a pressionar as organizações que desejam aumentar a sua credibilidade e reputação para adotarem uma maior transparência. Relatórios de sustentabilidade passaram a ser utilizados para prestação de contas no âmbito da governança corporativa quando, na segunda metade da década de 1990, começaram a ser disseminadas as publicações de relatórios ambientais (Kolk, 2005).

Há um aumento constante das pressões vindas da sociedade e do mercado para que sejam atendidos, simultaneamente, os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica (Sachs, 2009). Dessa forma, pode-se inferir que a confecção e divulgação de relatórios de sustentabilidade não são puramente uma questão de escolha das organizações, tornando-se um dos principais mecanismos por meio do qual as

empresas compartilham informações sobre seu desempenho de sustentabilidade (Elkington, 2012).

Com relação ao mercado financeiro, não é diferente. Demonstrações de responsabilidade social corporativa refletem positivamente por meio de indicadores, *ratings* e fundos de investimentos socialmente responsáveis. Como exemplo, podem ser citados o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo, e o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (Dow Jones Sustainability Index – DJSI), instituído em 1999 com o intuito de premiar as empresas que procuram aliar desenvolvimento com ecoeficiência e responsabilidade social (Nunes, Teixeira, Nossa, & Galdi, 2010). O DJSI monitora o desempenho de organizações líderes em uma escala global e é considerado um dos melhores índices do mundo no processo de avaliação de melhores práticas em sustentabilidade (Hák, Moldan & Dahl, 2007; Searcy & Elkahwas, 2012).

De acordo com a teoria institucional, as organizações deveriam agir em prol da sustentabilidade não por causa de alguma ligação direta com o resultado organizacional, mas porque deveria ser impensável agir de outro modo. O isomorfismo pressupõe que as organizações respondem de maneira similar a outras organizações que estão de alguma forma ajustadas ao ambiente (Machado-da-Silva, Fonseca & Crubellate 2005). Nesse sentido, o comportamento organizacional tende a ser dirigido por meio de uma aceitação pré-consciente de valores e práticas institucionalizadas (DiMaggio & Powell, 1983). Há também o imperativo ajuste ao ambiente, embora existam diversas escolas de pensamento a esse respeito (Scott, 2008). Muito da literatura institucional utiliza o conceito de isomorfismo para explicar a forma como as características organizacionais são modificadas para aumentar a compatibilidade com as características ambientais (DiMaggio & Powell, 1991; Meyer, Rowan, 1983).

Assim sendo, surge a questão que motiva esta pesquisa: Como se manifesta a existência de isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras que participam do DJSI? Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar como as organizações brasileiras que participam do DJSI demonstram suscetibilidade ao isomorfismo na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva, longitudinal, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A relevância desta pesquisa está em poder colaborar com a busca de soluções que visem permitir às demais organizações um entendimento da importância do *disclosure* voluntário de



informações a respeito das ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Estudos sobre o tema de sustentabilidade, com a temática vista de uma forma sistêmica e considerando as dimensões econômico, social e ambiental, contribuem com a formação desse entendimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na revisão de literatura, primeiramente, discute-se a conceituação dos diferentes tipos de isomorfismo, fenômeno que pode estar ocorrendo nesses relatórios de sustentabilidade. Em um segundo momento, faz-se considerações com relação aos relatórios de sustentabilidade. Na sequência, trata-se do DJSI. Por fim, são abordados estudos relacionados, a fim de aprimorar a contextualização da temática em análise.

2.1 ISOMORFISMO

Pela ótica institucional, as organizações devem agir norteadas por significados partilhados em um entendimento coletivo, em que seria impensável agir de outra forma. Por essa perspectiva, o comportamento organizacional deve ser dirigido por uma aceitação de valores e práticas institucionalizadas (DiMaggio, 1988). Por conta disso, teóricos institucionais têm enfatizado o valor da conformidade com o ambiente institucional e uma tendência de que as organizações devam internalizar regras e normas externas (Meyer & Rowan, 1977; DiMaggio & Powell, 1983). Versões iniciais da teoria institucional enfatizaram a legitimidade, que é uma forma de justificativa da institucionalização, das regras, mitos e crenças que moldam a realidade social (Berger & Luckmann, 1967; Selznick, 1996). Uma premissa fundamental da perspectiva institucional é que os interesses, valores e suposições dos indivíduos e organizações são encaixados dentro de lógicas institucionais prevalecentes (Scott, 2014). Essa abordagem privilegia a estrutura sobre a ação (DiMaggio & Powell, 1983).

A teoria institucional envolve o entendimento de como as pessoas internalizam procedimentos “dados como certos”, ou seja, envolve a criação de um entendimento comum que vai moldar o comportamento futuro em uma organização. Esse é um princípio presente nos trabalhos de Marx, Durkheim e Weber, que discorrem sobre como as instituições coletivas condicionam e subordinam o indivíduo (Goodin, 1998).

Giddens (1984) discorre a respeito de regras, recursos e práticas que compõem as

estruturas sociais, que são tanto produto quanto plataforma de reprodução da vida social. As instituições controlam a conduta humana, estabelecendo padrões de conduta que são canalizados para uma direção de interesse da organização. Sendo assim, dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que esse segmento admitiu alguma forma de controle social (Berger & Luckmann, 1967). Sendo assim, pode-se afirmar que há uma autonomia apenas parcial dos indivíduos que são de alguma forma moldados pelas organizações, as quais dão o tom quanto à estabilidade e mudança (Thornton et al., 2012). Uma estratégia orientada que suporta o dilema teórico entre estrutura e ação é a teoria do isomorfismo estrutural de DiMaggio e Powell (1983).

Embora existam diversas escolas de pensamento dentro dessa perspectiva (Scott, 1987), muito da literatura institucional utiliza o conceito de isomorfismo para explicar a forma como as características organizacionais são modificadas para aumentar a compatibilidade com o ambiente em que estão inseridas (DiMaggio & Powell, 1983). Nesse sentido, o isomorfismo pressupõe que as organizações respondam de maneira similar a outras organizações que estão de alguma forma ajustadas ao ambiente (Scott, 2014). Assim, passam a desenvolver processos semelhantes a fim de facilitar as suas relações interorganizacionais, favorecendo o seu funcionamento a partir da utilização de regras socialmente aceitas (Machado-da-Silva, Fonseca & Crubellate, 2005).

A perspectiva institucional concebe o desenho organizacional não como um processo racional, e sim como um processo derivado das pressões tanto externas como internas que, com o tempo, levam as organizações a se parecerem umas com as outras (Rossetto, Rossetto, 2005). DiMaggio e Powell (1983) identificaram três mecanismos por meio dos quais ocorrem a mudança isomórfica institucional: 1) isomorfismo coercitivo; 2) isomorfismo mimético; e 3) isomorfismo normativo.

O isomorfismo coercitivo decorre de pressões formais (regulamentos, leis) e informais exercidas sobre as organizações e de expectativas culturais da sociedade em que estão inseridas. É impactado pelo ambiente legal, pela presença de órgãos fiscalizadores e pela exigência de divulgação de certos relatórios geradores de transparência. Assim, o isomorfismo coercitivo envolve a perspectiva de que as ações de uma organização são desejáveis, corretas e apropriadas dentro do sistema de normas, leis, regulamentos, que devem ser adotados sob pena de alguma forma de sanção (Daft, 1999).



O isomorfismo mimético tem como principal gatilho a incerteza, que tende a encorajar a imitação (DiMaggio & Powell, 1983). March e Olsen (1983) afirmam que quando não há um completo domínio sobre a tecnologia disponível, quando as metas são ambíguas ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, organizações imitam outras organizações. Isso porque a adoção de um comportamento mimético pode produzir uma solução viável e com baixo custo para combater as incertezas e essa modelagem pode ser difundida involuntariamente, por meio de transferência de empregados ou de forma explícita, pela contratação de empresas de consultoria ou intercâmbios gerados em ambientes de associações do comércio e indústria (DiMaggio & Powell, 1983).

O isomorfismo normativo decorre principalmente da profissionalização. Os trabalhos de Larson (1977) e Collins (1979) discorrem sobre a profissionalização como sendo a luta coletiva dos indivíduos de uma ocupação para definir as condições e métodos de seu trabalho, para estabelecer formas de controle sobre a produção e para estabelecer uma base cognitiva e de legitimação para sua autonomia ocupacional.

DiMaggio e Powell (1983) consideram que os profissionais podem sofrer as mesmas pressões coercitivas e miméticas que as organizações e que, embora possa haver uma diversidade de tipos de profissionais dentro de uma organização, eles apresentam muitas semelhanças com os profissionais de outras organizações. Segundo esses autores, o que favorece essa situação é uma certa homogeneização de pensamento, gerada pela educação formal em uma base cognitiva produzida pelas universidades e, também, o crescimento das redes de profissionais e suas constantes trocas de informações.

Para DiMaggio e Powell (1983), o isomorfismo é vantajoso para as organizações, pois a similaridade facilita as transações interorganizacionais e favorece o seu funcionamento interno pela incorporação de regras socialmente aceitas. Nessa linha, os dirigentes sentem-se instigados a imitar estratégias e arranjos estruturais implantados pelos concorrentes, a fim de atingir o sucesso por eles conquistado, além de procurar reduzir a incerteza ocasionada por objetivos conflitantes (Scott, 1983).

Nas organizações, esse processo conduz ao surgimento dos chamados mitos racionais, que envolvem um conjunto de preceitos institucionalizados na sociedade moderna, uma concepção socialmente construída e legitimada acerca da maneira mais eficaz de funcionamento das organizações (Zucker, 1987). Vários programas e tecnologias são adotados nas organizações por

força de pressões contextuais, refletindo regras e significados fixados por estruturas construídas e institucionalizadas na sociedade (Giddens, 1984).

2.2 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O colapso de várias formas de autoridades tradicionais ocasiona em uma gama maior de *stakeholders*, de forma crescente, demandando informações sobre a situação dos negócios e sobre o planejamento para o futuro (Froomean, 1999; Jones, 1995; Hill & Jones, 1992). Os *stakeholders* são as partes interessadas que se relacionam com a empresa internamente, por exemplo os funcionários, ou externamente, considerando fornecedores, clientes, governo, comunidade. Satisfazer suas demandas é visto como determinante no desempenho da empresa, na medida em que são provedores de recursos (Froomean, 1999; Jones, 1995; Hill & Jones, 1992). Nessa esteira, as empresas que inicialmente justificavam a política de total sigilo, ou de pouca divulgação, se dão conta de que precisam, de forma ampla, tornar transparentes as suas práticas, envolvendo suas cadeias de valor, fornecedores e clientes (Elkington, 2012).

Contudo, há de se ter um olhar crítico sobre as divulgações corporativas, de forma a perceber eventuais discrepâncias entre o discurso e as práticas. Evidências concretas de tal comportamento hipócrita é difícil de fornecer, porém, muitas organizações são suspeitas de aproveitar a maré de divulgações de relatórios de sustentabilidade para reforçar sua reputação sem realmente adotar práticas de redução de danos ao ambiente e à sociedade (Massin, 2012; Baraclough & Morrow, 2008; Palazzo & Richter, 2005).

Estudiosos observam que é difícil definir o que os relatórios de sustentabilidade podem significar (Gray & Milne, 2004), em especial porque revisões de relatórios externos descobriram que essa forma de comunicação tem pouco a ver com o desenvolvimento sustentável (Gray, 2010), podendo configurar-se em narrativas dissociadas da realidade organizacional destinadas, na melhor das hipóteses, a construir uma pluralidade discursiva sobre o desenvolvimento sustentável (Bebbington, Larrinaga & Moneva, 2008).

A Global Reporting Initiative (GRI), uma organização internacional líder no campo de sustentabilidade, desenvolveu em parceria com diversos interessados, como empresas, investidores, sindicatos, sociedade civil, contabilistas e pesquisadores, uma estrutura globalmente aceita para elaborar relatórios econômicos, sociais e ambientais. Esse processo facilita o *benchmarking* e a avaliação do desempenho de sustentabilidade



das organizações por seus *stakeholders* (GRI, 2013).

Assim, uma empresa considerada socialmente responsável pode beneficiar-se tanto por reforço na sua reputação perante o público em geral, como por sua reputação dentro da comunidade empresarial e, ao mesmo tempo, aumentar a sua capacidade de atrair capital e parceiros comerciais. Moneva, Rivera-Lirio e Muñoz-Torres (2007) sugerem que uma cultura corporativa incorporando forte compromisso com determinados valores sociais e éticos pode atrair e manter os melhores funcionários, aumentar a produtividade e evitar infrações legais, obtendo melhores resultados em termos financeiros. Em uma linha semelhante, Ciliberti, Pontrandolfo e Scozzi (2008) ressaltam que muitos consumidores preferem comprar produtos de empresas que se preocupam com o meio ambiente e mantêm o bom comportamento de cidadania, que é também o caso de investidores preferindo investir nesses mesmos tipos de organizações, pelas mesmas razões típicas.

Dentre os potenciais benefícios da divulgação de práticas em sustentabilidade, estão a melhoria da imagem da marca e o avanço do desempenho financeiro (Zhen-Yu Zhao, Zhao, Davidson e Zuo, 2012). Essa percepção pode ser percebida pela busca de organizações com indicadores de sustentabilidade no mercado financeiro. O número de investidores que diversificam suas carteiras, investindo em empresas comprometidas com o conceito de sustentabilidade empresarial aumenta cada vez mais. A atração advém das oportunidades das empresas gerenciarem riscos decorrentes das evoluções econômicas, ambientais e sociais, o que promete criar valor em longo prazo para os acionistas (Knoepfel, 2001).

O DJSI compreende uma série de índices utilizados para identificar e acompanhar o desempenho das empresas de forma sustentável. Quando o DJSI foi introduzido, em setembro de 1999, justificou-se sua implementação com a alegação de que o Dow Jones Global Index (DJGI) seria muito genérico em relação à integração de fatores econômicos, ambientais e sociais para as operações e gestão de uma empresa sócio e ambientalmente responsável, fatores que podem aumentar o valor da empresa para o acionista e, consequentemente, a transparência da atividade empresarial. O DJSI também é usado por diversas empresas multinacionais para legitimar esforços com relação à sustentabilidade (Cerin & Dobers, 2001).

A triagem de empresas e sua listagem com relação aos índices de sustentabilidade tornam cada vez mais viável para os investidores a transição para uma carteira baseada em investimentos social

e ambientalmente responsáveis. A crescente proporção desses nichos de investimento pode desempenhar um importante papel na criação de incentivos para melhoria dos padrões de sustentabilidade e divulgação de informações, na medida em que esses investimentos vêm se mostrando com bom desempenho e não inferior aos de outros fundos (Consolandi, Jaiswal-Dale, Poggiani e Vercelli, 2009).

Diversos estudos anteriores (Knoepfel, 2001; Cerin & Dobers, 2001; Lopez, Garcia & Rodriguez, 2007; Searcy & Elkhawas, 2012) utilizaram o DJSI como ponto de referência para obtenção de dados para investigar, analisar e comparar as organizações, sua estrutura organizacional e desempenho econômico sob os mais diversos prismas. Desse modo, a proposta foi analisar as empresas listadas no referido índice para que se observasse se o fenômeno do isomorfismo é evidenciado na elaboração dos relatórios de sustentabilidade dessas organizações.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

O isomorfismo, bem como o *disclosure* dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas, já foram objeto de estudo de diferentes ambientes da contabilidade e abordados por diversos autores. Wiseman (1982), por exemplo, avaliou a qualidade e precisão das divulgações ambientais feitas nos relatórios anuais de 26 empresas. O estudo forneceu medidas detalhadas de conteúdo e divulgação ambiental. Os resultados indicaram que os dados ambientais das empresas eram incompletos e não estavam relacionados com o atual desempenho ambiental das empresas.

Diniz (2003), por meio de um estudo realizado em duas grandes organizações do complexo minero-siderúrgico do Espírito Santo, investigou o processo de estruturação de seus SGA com o objetivo de atender às pressões do seu campo organizacional e de verificar se essas pressões podiam ser consideradas isomórficas no sentido da homogeneização de práticas adotadas pelas duas organizações na busca por soluções que atendessem às exigências desse campo. Em seus resultados, comprovou a tendência ao isomorfismo, caracterizado pela similaridade das práticas adotadas nos processos ou partes deles comuns às duas organizações.

Rese e Canhada (2010) buscaram compreender a relação entre as pressões exercidas pelo ambiente e as práticas desenvolvidas pelas três maiores organizações bancárias privadas que atuam no Brasil, observando seus relatórios de sustentabilidade. Procuraram observar, também, se havia uma configuração de isomorfismo



institucional, com padrão semelhante de valores e ações estratégicas entre as três organizações. Evidenciou-se que os relatórios de sustentabilidade se configuravam como resposta a inúmeras pressões advindas do ambiente, sob as facetas técnica e institucional, sendo o isomorfismo a principal tática adotada pelas organizações, tendo sido identificado um grande número de práticas semelhantes.

Sampaio, Gomes, Bruni e Dias Filho (2012) investigaram a eventual presença do isomorfismo nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, buscando verificar até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza eram semelhantes. Os resultados permitiram identificar a presença de isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos e externos. Entretanto, não foi verificado um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes do GRI. Os resultados encontrados apontam para a necessidade de um melhor debate com relação ao estabelecimento de diretrizes e regulamentações para evidenciar informações socioambientais, em busca de uma padronização que possibilite uma apreciação mais segura para o processo decisório de investidores e outras partes interessadas.

Demonstrada a diversidade de pesquisas já realizadas a respeito da temática proposta, na sequência apresenta-se a caracterização da metodologia utilizada neste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para verificar a existência de isomorfismo nos relatórios de sustentabilidade das empresas que participam do DJSI, realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e longitudinal, por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

De acordo com Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa qualitativa é aquela que busca analisar e interpretar os aspectos de modo mais aprofundado,

utilizando a descrição mais complexa e desenvolvida por meio de comportamento social, sob o qual se profere uma análise detalhada do seu caráter subjetivo com os dados coletados.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis, sendo considerada de grande valia para o âmbito da contabilidade, visto que busca esclarecer aspectos comuns e características de determinadas populações (Raupp & Beuren, 2006).

Para Pimentel (2001), a pesquisa documental é a busca de informações e dados por meio de bases documentadas. Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, sendo a diferença entre elas, basicamente, a natureza das fontes pesquisadas. Enquanto a bibliográfica baseia-se em contribuições realizadas por diversos autores, a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam tratamentos analíticos ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da presente pesquisa caracteriza-se como as empresas listadas no DJSI, sendo que a amostra foi composta pelas empresas brasileiras que participam do grupo. Optou-se pelo DJSI uma vez que compreende uma série de índices utilizados para identificar e acompanhar o desempenho das empresas de forma sustentável. Além disso, o índice foi utilizado por diversos estudos anteriores como ponto de referência e obtenção de dados (Knoepfel, 2001; Cerin & Dobers, 2001; Lopez, Garcia & Rodriguez, 2007; Searcy & Elkhawas, 2012).

A empresa Itaúsa Holding foi excluída por concentrar um conglomerado de outras empresas. Dessa forma, a amostragem final para realização da pesquisa proposta foi composta das empresas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Empresa	Setor de atuação
Banco Bradesco S/A	Instituição bancária
Banco do Brasil S/A	Instituição bancária
CEMIG S/A	Energia elétrica
Embraer S/A	Aeroespacial
Fibria S/A	Celulose e papel
Itaú Unibanco S/A	Instituição bancária
Petrobras S/A	Óleo e gás

Fonte: DJSI (2014).



A partir dessa amostra foram feitas a coleta e a análise dos dados obtidos nos relatórios de sustentabilidade das empresas, apresentadas no tópico seguinte.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foram utilizadas, para fins de coleta e análise de dados, as informações de sustentabilidade empresarial evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade de cada organização pertencente à amostra pesquisada, disponíveis em seus respectivos *websites* em relação ao período de 1999 (início do DJSI) a 2013. Nos anos em que os relatórios de sustentabilidade não estavam disponíveis ou não foram confeccionados, foram utilizadas as informações de relatórios anuais ou relatórios de responsabilidade social. Os dados foram coletados em maio de 2014.

A pesquisa foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, realizando-se uma comparação das informações das empresas brasileiras que

participam do DJSI. Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

Dessa forma, foram verificadas as informações presentes nos documentos, de modo descritivo, em relação às características de sustentabilidade evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade das organizações, a fim de se confirmar, ou não, a existência de um processo isomórfico entre os relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas no decorrer do período estudado.

Sendo assim, elaborou-se um constructo de pesquisa que evidenciasse o objetivo previamente traçado pelo estudo proposto, demonstrando as categorias e subcategorias, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Constructo da pesquisa

Objetivos específico da pesquisa	Categorias	Subcategorias	Autores
Analisar como as organizações brasileiras que participam do DJSI têm demonstrações de isomorfismo na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade	Econômica	Desempenho econômico Impactos econômicos indiretos Práticas de compra	GRI (2013); Elkington (1999; 2012).
	Social	Práticas trabalhistas e trabalho decente Direitos humanos Sociedade Responsabilidade pelo produto	Ostrom (2000); GRI; (2013); Elkington (1999; 2012).
	Ambiental	Energia Biodiversidade Emissões Avaliação ambiental dos fornecedores Efluentes e resíduos	Costanza et al. (1997); GRI (2013); Elkington (1999; 2012).

Fonte: elaborado pelos autores.

Silveira (2009) destacam que, durante a elaboração de um instrumento de coleta de dados, é necessário examinar a harmonia entre os termos ou variáveis, os itens coletados, bem como se eles coadunam com os objetivos específicos de pesquisa propostos.

A categoria econômica da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos, abrangendo desempenho

econômico, impactos econômicos indiretos e práticas de compra (GRI, 2013).

A categoria social da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua e inclui as subcategorias práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2013, Elkington, 2012).

Já a categoria ambiental da sustentabilidade diz respeito aos impactos da



organização sobre ecossistemas. Abrange impactos relacionados à energia, biodiversidade, emissões, avaliação ambiental de fornecedores e efluentes e resíduos (GRI, 2013; Elkington, 2012).

Dessa forma, em termos práticos, sempre que as empresas fizeram constar determinada informação em seus relatórios condizente com alguma das subcategorias elencadas, esta pesquisa considerou, em seu instrumento, que a informação foi evidenciada.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos com a análise dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas pertencentes ao DJSI. Também são discutidos aspectos relacionados aos possíveis movimentos isomórficos que as empresas vêm demonstrando no *disclosure* de suas informações referentes à sustentabilidade.

Inicialmente, na categoria econômica, as organizações devem evidenciar informações referentes ao seu desempenho econômico, impactos econômicos indiretos e práticas de compra, de acordo com a GRI (2013). A subcategoria desempenho econômico (DE) envolve valores econômicos gerados e distribuídos, implicações financeiras, assistência financeira recebida do governo e riscos suscitados por mudanças climáticas. A subcategoria impactos econômicos indiretos (IEI) envolve investimentos em infraestrutura, serviços oferecidos e impacto nas condições sociais e ambientais. Já a subcategoria práticas de compra (PC) contempla os gastos com fornecedores locais (Elkington, 2012; GRI, 2013).

Após a análise dos relatórios obteve-se a Tabela 2, que demonstra quais subcategorias foram evidenciadas por cada organização em seus relatórios desde 1999.

Tabela 2 – Informações da categoria econômica evidenciadas por ano

CATEGORIA ECONÔMICA																		
EMPRESAS	Subcat.																	
Banco Bradesco S/A	DE	*	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	IEI	*	*	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	PC	*	*	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banco do Brasil S/A	DE	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EEI	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	PC	*								X	X	X	X	X	X	X	X	X
CEMIG S/A	DE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EEI		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	PC									X	X	X	X	X	X	X	X	X
Embraer S/A	DE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
	EEI			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
	PC				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
Fibria S/A	DE	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X
	EEI	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
	PC	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
Itaú Unibanco S/A	DE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X
	EEI	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X
	PC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X
Petrobrás S/A	DE	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EEI	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	PC	*	*		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Legendas

X	Constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade
	Não constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade
*	Relatório anual ou de sustentabilidade não disponível
—	Relatório não disponível devido à fusão entre as organizações Itaú e Unibanco ter ocorrido somente no ano de 2008

Fonte: resultado da pesquisa.



Nota-se que a Petrobrás, apesar de não disponibilizar os relatórios de 1999 e 2000, vem evidenciando grande parte das informações pertencentes à categoria econômica, sendo que, com exceção das PC do ano de 2001, todas as outras subcategorias foram contempladas entre o período de 2000 e 2013.

As empresas Fibria e Itaú Unibanco, a partir de 2009, primeiro relatório sob análise, completaram todas as subcategorias, tendo em vista a adoção por ambas das diretrizes do GRI no período de 2009.

As demais empresas – Embraer, CEMIG, Banco do Brasil e Bradesco-, inicialmente não contemplaram as subcategorias IEI e PC. Conforme se observa, passaram a adotar o *disclosure* de tais práticas a partir dos anos seguintes, demonstrando possíveis movimentos isomórficos. Destaca-se especificamente PC, que não foi evidenciada inicialmente em certas organizações como Banco do Brasil e CEMIG e passou a ser disponibilizada a partir de 2006.

A seguir, foi analisada a categoria social, a partir da mesma metodologia. A subcategoria práticas trabalhistas e trabalho decente (PTT) está baseada em normas universais internacionalmente reconhecidas, como declarações da Organização

das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e envolve aspectos como emprego, saúde e segurança, treinamento e educação, diversidade e igualdade de oportunidades. A subcategoria sociedade (S) aborda os impactos gerados por uma organização na sociedade, envolvimento com comunidades locais, combate à corrupção, avaliação de fornecedores em impactos na sociedade. A subcategoria direitos humanos (DH) envolve: não-discriminação, igualdade de gênero, trabalho infantil, trabalho forçado e direitos dos povos indígenas. Aborda até que ponto processos de melhoria neste sentido foram implementados, casos de violações de direitos humanos e mudanças na capacidade de *stakeholders* de desfrutar e exercer seus direitos. A subcategoria de responsabilidade pelo produto (RP) se refere a produtos e serviços que afetam *stakeholders* diretamente e clientes em particular, envolvendo saúde, segurança do cliente e serviços e conformidade (GRI, 2013).

Após a análise dos relatórios obteve-se a Tabela 3, que demonstra quais subcategorias dentro da categoria social foram evidenciadas por cada organização.

Tabela 3 – Informações da categoria social evidenciadas por ano

EMPRESAS	Anos	CATEGORIA SOCIAL													
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Banco Bradesco S/A	Subcat.	PTT	*	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		DH	*	*	*				X	X	X	X	X	X	X
		S	*	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		RP	*	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banco do Brasil S/A	Subcat.	PTT	*		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		DH	*						X	X	X	X	X	X	X
		S			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		RP	*		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CEMIG S/A	Subcat.	PTT			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		DH							X	X	X	X	X	X	X
		S				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		RP			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Embraer S/A	Subcat.	PTT			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
		DH									X	X	X	X	*
		S			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		RP		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
Fibria S/A	Subcat.	PTT	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X
		DH	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X
		S	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X
		RP	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X
Itaú Unibanco S/A	Subcat.	PTT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X
		DH	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X
		S	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X
		RP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X



Petrobrás S/A	Subcat.	PTT	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		DH	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		S	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		RP	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Legendas

X	Constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade
	Não constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade
*	Relatório anual ou de sustentabilidade não disponível
—	Relatório não disponível devido a fusão entre as organizações Itaú e Unibanco ter ocorrido somente no ano de 2008

Fonte: resultado da pesquisa.

Do mesmo modo, conforme verificado na categoria econômica, a Petrobrás destaca-se por evidenciar grande parte das informações com relação à categoria social desde 2001.

As empresas Fibria e Itaú Unibanco igualmente contemplam todas as subcategorias, seguindo o padrão das diretrizes do GRI desde 2009.

O Banco Bradesco evidencia grande parte das informações condizentes a todas as subcategorias sociais, com exceção da subcategoria DH, que aparece somente a partir de 2005.

As demais empresas, Banco do Brasil, CEMIG e Embraer, passaram a demonstrar informações relativas à categoria social a partir de 2000, de maneira geral. Destaque novamente para DH, que começa a ser evidenciada somente em 2008 pela Embraer, em 2006 pela CEMIG e em 2005 pelo Banco do Brasil.

Com relação à categoria ambiental, as subcategorias analisadas foram as seguintes:

energia (EN), que envolve o consumo, a intensidade energética e a redução do consumo de energia; biodiversidade (B), com áreas de alto valor para biodiversidade, impactos significativos de atividades sobre a biodiversidade, *habitats* protegidos e restaurados e espécies protegidas situadas em áreas afetadas pela operação; emissões (EM), incluindo indicadores de emissões de gases de efeito estufa, substâncias que destroem a camada de ozônio e outras emissões atmosféricas importantes; avaliação ambiental de fornecedores (AAF), relacionada à seleção de fornecedores e medidas contra impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores; e efluentes e resíduos (ER), compreendendo descarte de água, peso de resíduos, vazamentos significativos e transporte de resíduos (GRI, 2013).

As organizações da amostra evidenciaram informações ambientais dentro das respectivas subcategorias e períodos, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Informações da categoria ambiental evidenciadas por ano

EMPRESAS	Anos	CATEGORIA AMBIENTAL														
		EN	*	*	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banco Bradesco S/A	Subcat.	B							X	X	X	X	X	X	X	X
		EM	*	*	*				X	X	X	X	X	X	X	X
		AAF	*	*	*		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ER	*	*	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X
		EN	*					X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banco do Brasil S/A	Subcat.	B										X	X	X	X	X
		EM										X	X	X	X	X
		AAF	*			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ER	*					X	X	X	X	X	X	X	X	X
		EN	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CEMIG S/A	Subcat.	B					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		EM							X	X	X	X	X	X	X	X
		AAF							X	X	X	X	X	X	X	X
		ER				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		EN			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
Embraer S/A	Subcat.	B										X	X	X	X	*
		EM										X	X	X	X	*



CATEGORIA AMBIENTAL																
EMPRESAS	anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Fribia S/A	Subcateg.	AAF			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
		ER			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*
	Subcateg.	EN	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
		B	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
		EM	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
		AAF	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
		ER	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	X	X	X	X
Itaú Unibanco S/A	Subcateg.	EN	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X	X
		B	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X	X
		EM	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X	X
		AAF	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X	X
		ER	—	—	—	—	—	—	—	—	—	X	X	X	X	X
Petrobrás S/A	Subcateg.	EN	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		B	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		EM	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AAF	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ER	*	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Legendas																
X	Constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade															
	Não constam informações da subcategoria no relatório anual ou de sustentabilidade															
*	Relatório anual ou de sustentabilidade não disponível															
—	Relatório não disponível devido a fusão entre as organizações Itaú e Unibanco ter ocorrido somente no ano de 2008															

Fonte: resultado da pesquisa.

Excetuando-se, novamente, a Petrobrás, que vem evidenciando todas as subcategorias desde o período de 2001, a categoria ambiental foi a com mais falta de informações nos períodos iniciais sob análise, conforme se observa.

O Banco Bradesco começa a evidenciar informações a respeito da AAF em 2003, e informações de EN e de ER em 2004. Somente a partir de 2006 passam a demonstrar B e EM.

O Banco do Brasil, por sua vez, começa a contemplar sua primeira subcategoria ambiental em 2002, AAF. A partir de 2004 são evidenciadas informações relativas à EN e ER, sendo que somente em 2009 consta-se plena evidenciação de todas subcategorias relativas às informações ambientais.

A CEMIG evidencia informações desde 1999 relativas a EN, devido especialmente à natureza de sua atividade. A partir de 2002, observa-se informações a respeito de ER e, a partir de 2004, de B. As subcategorias AAF e EM passam a ser evidenciada a partir de 2006, sendo que, a partir daquele ano, a empresa passa a evidenciar anualmente todas subcategorias ambientais.

Por fim, a Embraer demonstra informações relativas a EN, AAF e ER a partir do exercício de 2001. As demais subcategorias, EM e

B, são evidenciadas somente a partir de 2009 e 2007 respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que as organizações buscam legitimar suas práticas, buscando parecerem desejáveis, adequadas e apropriadas, o DJSI apresenta-se como um ambiente utilizado pelas empresas para legitimar os resultados obtidos em relação à sustentabilidade, consideradas de forma sistêmica as dimensões econômica, social e ambiental.

Uma forma amplamente utilizada pelas organizações é a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que trazem transparência a todos os *stakeholders*. Para buscar um melhor entendimento de como foi balizado esse alinhamento das informações que são divulgadas pelas organizações que participam do DJSI no tocante à sustentabilidade, a pesquisa longitudinal verificou se as empresas adotaram alguma diretriz para a confecção de relatórios, no caso o GRI. O estudo demonstra que houve a adoção do GRI por todas as empresas pesquisadas e que, gradativamente, há a formação de um cenário de uniformidade nos critérios de divulgação das informações relacionadas às dimensões econômica,



social e ambiental das empresas brasileiras que participam do DJSI.

Pode-se observar que a Petrobrás teve um comportamento de vanguarda na divulgação ampla de suas práticas voltadas à sustentabilidade, abordando sistematicamente as três dimensões – econômica, social e ambiental – desde 2002, e as demais organizações, no decorrer do período analisado nesta pesquisa, começaram também a ampliar a abrangência das informações constantes em seus relatórios de sustentabilidade.

Os achados da pesquisa sugerem que a adoção do GRI influencia a abrangência e a qualidade das informações disponibilizadas pelas organizações. A Petrobrás foi a pioneira na utilização do GRI, em 2002, quando suas informações sobre as dimensões econômica, social e ambiental se tornaram mais completas, possivelmente devido ao alinhamento com as diretrizes internacionais do GRI.

Na medida em que as demais organizações foram aderindo ao GRI – Bradesco (2006), Banco do Brasil (2006), CEMIG (2006), Embraer (2008), Fibria (2009), Itaú Unibanco (2009) –, houve também uma adoção mais ampla de informações divulgadas em seus relatórios de sustentabilidade e, mais que isso, uma homogeneidade nos aspectos de divulgação para cada uma das dimensões pesquisadas.

Com base nas informações de pesquisa, pode-se depreender que a adoção do GRI pelas empresas brasileiras que compõem DJGI funcionou como um movimento indutor ao aparecimento de isomorfismo na forma de divulgação de relatórios de sustentabilidade, consideradas de forma sistêmica as dimensões econômica, social e ambiental, denotando uma tendência à similaridade de procedimentos inter-organizacionais com a adoção de regras socialmente aceitas.

Além disso, a pesquisa demonstrou que, dentre as três formas de isomorfismo abordadas na teoria institucional – coercitivo, normativo e mimético –, possivelmente o isomorfismo coercitivo afeta de forma mais aparente a construção dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras que compõem o DJSI. As organizações demonstram maior suscetibilidade ao isomorfismo coercitivo na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade em função das chamadas pressões formais (regulamentos, leis) e informais exercidas sobre as organizações, além de expectativas culturais da sociedade em que estão inseridas, com impactos causados pelo ambiente legal, pela onipresença de órgãos fiscalizadores e exigência de divulgação de relatórios geradores de transparência.

Para pesquisas futuras recomenda-se a análise análoga em amostragem de empresas

pertencentes a outros índices de sustentabilidade, para possível constatação e comparação do fenômeno isomórfico. De mesmo modo, analisar uma amostragem de empresas estrangeiras para verificar a ocorrência ou não de tal fenômeno em outros contextos socioeconômicos. Recomenda-se, ainda, estudo de caso específico em uma empresa pertencente à amostra estudada para que se verifique particularmente a realidade da organização, a essência e as características do possível isomorfismo coercitivo identificado.

REFERÊNCIAS

- Bardin, Laurence (2009). *Análise de conteúdo*. Edição revista e actualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Barraclough, S. & Morrow, M. (2008). A grim contradiction: the practice and consequences of corporate social responsibility by British American Tobacco in Malaysia. *Social Science & Medicine*, 66(8), 1784-1796.
- Bebbington, Jan; Larrinaga, C. & Moneva, J. M. (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), 337-361.
- Bebbington, Jan & Larrinaga, Carlos (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, organization and society*. 39. In press. Retrieved from: DOI <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>.
- Berger, Peter. L. & Luckmann, Thomas (1967). *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. New York: Doubleday Anchor Book.
- Capra, F. (2005). *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix.
- Cerin, Pontus & Dobers, Peter (2001). What does the performance of the Dow Jones Sustainability Group Index tell us? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 8(3), 123-133, set.
- Ciliberti, F. Pontrandolfo P., & Scozzi, B. (2008). Investigating corporate social responsibility in supply chains: a SME perspective. *Journal of Cleaner Production* 16(15), 1579-1588.



Collins, R. (1979). *The credential society: an historical sociology of education and stratification*. New York: Academic Press.

Consolandi, Constanza, Jaiswal-Dale, Ameeta, Poggiani, Elisa & Vercelli, Alessandro (2009). Global standards and ethical stock indexes: the case of the Dow Jones Sustainability Stoxx Index. *Journal of Business Ethics*, 8(1), 185-197, abr.

Costanza, Robert, Cumberland, John, Daly, Herman, Goodland, Robert & Norgaard, Richard (1997). *An introduction to ecological economics*. Boca Raton: St. Lucie Press.

Daft, R. L. (1999). *Teoria e projeto das organizações*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DiMaggio, P. J. & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-60, April 1983.

DiMaggio, P. J. (1988). Interest and agency in institutional theory. In: Zucker, L. G. (Ed.), *Institutional patterns and organizations: Culture and environment*, p. 3-21. Cambridge, MA: Ballinger.

DiMaggio, P. J. & Powell, W. W. (1991). Introduction. In: Powell, W. W.; DiMaggio, J. (Eds.) *The new institutionalism in organizational analysis*, 1-38. Chicago: University of Chicago Press.

Diniz, Clarkson Machado (2003). *Isomorfismo nas práticas de gestão ambiental em duas grandes organizações do complexo mineiro-siderúrgico do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

Dow Jones Sustainability Index – DJSI. (2014) Disponível em: <<http://www.sustainability-indices.com>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Elkington, J. (1999). *Triple bottom-line reporting: looking for balance*. Australian: CPA.

Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

Frooman, J. (1999). Stakeholder influence strategies. *Academy of Management Review*, 24, 191-205.

Giddens, A. (1984). *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.

Goodin, R. E. (1998). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability and how would we know? An exploration of narratives of organizations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), 47-62.

Gray, R. & Milne, M. (2004). Towards reporting on the triple bottom line: mirages, methods and myths. In Henriques, A. (Ed.), *Triple bottom line: does it all add up? Assessing the sustainability of business and CSR*. London: Earthscan Publications.

GRI – Global Reporting Initiative. (2013). *Diretrizes para relato de sustentabilidade: Princípios para relato e conteúdos padrão*. Amsterdã: GRI. Retrieved from: <<http://www.bmfbvespa.com.br/pt-br/a-bmfbvespa/download/GRI-G4-Principios-para-Relato-e-Conteudos-Padrao.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Hák, Tomás; Moldan, Bedrich & Dahl, Arthur Lyon (2007). *Sustainability indicators: A scientific assessment*. Washington, DC: Island Press.

Hill, C. W. L. & Jones, T.M. (1992). Stakeholder-agency theory. *Journal of Management Studies*, 29, 131-154.

Jones, T. M. (1995). Instrumental stakeholder theory: a synthesis of ethics and economics. *Academy of Management Review*, 20, 404-437.

Knoepfel, Ivo. (2001). Dow Jones Sustainability Group Index: a global benchmark for corporate sustainability. *Corporate Environmental Strategy*, 8(1), 6-15, abr.

Kolk, A. (2005). Environmental reporting by multinationals from the Triad: convergence or divergence? *Management International Review*, 45(1), Special Issue, 145-166.



- Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berckley: University of California Press,
- Lopez, Victoria M; Garcia, Arminda & Rodriguez, Lazaro (2007). Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones Sustainability Index. *Journal of Business Ethics*, 75(3), 285-300.
- Machado-da-Silva, C. L.; Fonseca, V. S. & Crubellate, J. M (2005). Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. *Brazilian Administration Review*, 2(1), art. 1, 01-20, Jan./June.
- Massin, Sophie. (2012). Is harm reduction profitable? An analytical framework for corporate social responsibility based on an epidemic model of addictive consumption. *Social Science & Medicine* 7, 1856-1863.
- March, James G. & Olsen, Johan (1983). The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, 78(03), 734-749.
- Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria (2012). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1983). The structure of educational organizations. In: Meyer, J. W. & Scott, W. R. *Organizational environments: ritual and rationality*. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.
- Moneva, J. M.; Rivera-Lirio, J. M. & Muñoz-Torres, M. J. (2007). The corporate stakeholder commitment and social and financial performance. *Industrial Management and Data Systems* 107(1), 84 - 102.
- Nunes, Julyana Goldener; Teixeira, Aridelmo J. C; Nossa, Valcemiro & Galdi, Fernando Caio. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 7(4), 328-340, out/dez.
- Ostrom, Elinor (2000). Collective action and evolution of social norms. *The Journal of Economics Perspectives*, 14(3), 137-158.
- Palazzo, G.; Richter, U. (2005). CSR business as usual? The case of the tobacco industry. *Journal of Business Ethics*, 61(4), 387-401.
- Pimentel, Alessandra (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195.
- Raupp, Fabiano Maury & Beuren, Ilse Maria (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Beuren, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rese, Natália & Canhada, Diego Iturriet (2012). Análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais. *Revista de Administração Fapes Jornal*, 2(1), 130-149, jan./mar.
- Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Rossetto, Carlos Ricardo & Rossetto, Adriana Marques (2005). Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 4(1), 7, jan./jun..
- Sampaio, Márcio Santos, Gomes, Sonia Maria da Silva, Bruni, Adriano Leal & Dias Filho, José Maria (2012). Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 105-122, jan/mar.
- Scott, W. R. (1983). The organizational environments: network, cultural, and historical elements. In: Meyer, J. W. & Scott, W. R. (org.). *Organizational environments: ritual and rationality*. 155-75. London: Sage.
- SCOTT, W. R. (1987). The adolescence of institutional theory. *Administrative Science Quarterly*, 32, 93-511.



Scott, W.R. (2014). *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: Sage.

Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations: ideas and interests*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage.

Searcy, Cory & Elkhawas, Doaa (2012). Corporate sustainability ratings: an investigation into how corporations use the Dow Jones Sustainability Index. *Journal of Cleaner Production*, 35, 79-92.

Selznick, Phil (1996). Institutionalism "old" and "new". *Administrative Science Quarterly*, 41(2), 270-277.

Silveira, Amélia (Org.) (2009). *Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias*. 3. ed. Blumenau: Edifurb.

Thornton, Patricia H., Ocasio, William, Lounsbury, Michael. The institutional logics perspective. John Wiley & Sons, Inc., 2012.

Wiseman, Joanne (1982). An evaluation of environmental disclosures made in annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, 7(1), 53-63.

Zhao, Zhen-Yu, Zhao, Xiao-Jing, Davidson, Kathryn & Zuo, Jian (2012) A corporate social responsibility indicator system for construction enterprises. *Journal of Cleaner Production*, 29-30, 277-289.

Zucker, L. G. (1987). Institutional theories of organizations. *Annual Review of Sociology*, 13, 443-64.